

A AMAZÔNIA E SUA REDE URBANA: O ESTADO DE RORAIMA EM FOCO

Paulo Rogério de Freitas Silva¹

RESUMO

A estrutura urbana de Roraima aqui é analisada através da Geografia, buscando entender esse lugar, através de suas singularidades, no que se refere à estrutura urbana local. Examinamos a estrutura urbana do estado de Roraima, para entender o papel de Boa Vista nesse contexto, em função da primazia urbana exercida por essa cidade. Refletimos os processos determinantes para esse arranjo da urbanização, onde se configura uma macrocefalia urbana numa fronteira política e de assentamento. Investigamos a relação entre espaço e tempo para entendermos as diferentes ações que aqui se impuseram e o movimento do fenômeno urbano e suas singularidades locais. Sendo assim, destacamos que, apesar da simplicidade do conjunto urbano roraimense, com apenas 15 cidades, tem-se uma diferença deste com relação ao restante da Amazônia, demonstrada não somente pela concentração na capital, em detrimento das demais cidades, mas porque a capital roraimense é o centro de uma rede urbana dendrítica, apresentando novas tendências de polaridade na última fronteira do Brasil.
Palavras-chave: Amazônia. Roraima. Rede Urbana.

ABSTRACT

The Roraima urban structure is analyzed hereby through Geography, seeking to understand this place, through their singularities, referring to local urban structure. We examine the urban structure of Roraima State, in order to understanding the Boa Vista City function on that context, due the urban influence done by that city. Let think the determinant processes for organization, where display an urban macro encephalic on politic border and occupation. Let investigate the relation between space and time for understanding the different actions that imposed here and the urban phenomenon and their local singularities.

This way, we insight that despite of simply of set urban in Roraima with 15 counties, have a difference to Amazon other places, displayed, no just by concentrated people in the Capital, on detriment of other cities, but the Roraima capital is the dendritic urban net, showing new polarity tendency on the last border of Brasil.

Key-words: Amazon. Roraima. Urban net

¹Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: prfsgeo@ig.com.br.

BUSCANDO ENTENDER A FORMA URBANA AMAZÔNICA

Em primeiro lugar, destacamos que, para Corrêa (1994, p.10), o tema da rede urbana tem sido abordado pelos geógrafos a partir de diferentes vias, sendo que as mais importantes dizem respeito à diferenciação das cidades em termos de suas funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e regiões, sendo que essas vias não são excludentes, havendo interpenetrações entre todas.

Essa teoria possibilita entender a organização de um conjunto de cidades de acordo com diversos tipos de interesses, que variam nos espaços geográficos e no objetivo que se pretende alcançar.

Porém, utilizando as palavras de Diniz e Santos (2006), salientamos que esta expressão “rede urbana” está sendo utilizada de forma generalizada e nem sempre com a precisão necessária em muitos estudos urbanos regionais.

Verificamos que Santos (2005, p.58) enfatiza que,

Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, [...].

De acordo com essa lógica, nos reportamos ao conjunto de cidades da Amazônia e indagamos sobre as condições desses lugares nesse novo arranjo colocado por Santos (2005). Um arranjo que segue novos parâmetros determinantes, pois, como ressalta Becker (2006, p.33),

Em fins do século XX, tornam-se mais acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças mas também das arenas políticas nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado, a revalorização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas. Velocidade de transformação que, contudo, que não é homogênea, pois depende do acesso às redes, bem como dos atributos do território em termos de potencialidade humana, patrimônio natural e cultural, e iniciativa política.

Nesse contexto alterou-se o significado da Amazônia, com uma valorização ecológica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo a megadiversidade e a água.

Reportando-nos novamente a Becker (2006, p.73), assinalamos que as diferenças na Amazônia não são meramente reflexo da globalização, mas de uma dinâmica que acontece desde o fim do século XX e que

[...] gerou profundas mudanças estruturais na região, que tendem a alterar o seu papel no cenário nacional. Enquanto em nível global a Amazônia se transforma em fronteira do capital natural do uso da terra e do planejamento no Brasil tem ainda maior influência no significado geopolítico da região em nível doméstico: ela tende a não ser mais a grande fronteira de expansão territorial demográfica e econômica nacional.

Sendo assim, as diversas peculiaridades que permeiam esse debate, no que se refere ao conjunto urbano regional amazônico e suas peculiaridades, nos remetem a uma análise sobre a organização urbana regional, esta como em forma de rede ou, como propõe Santos (2005), cidades diferentes uma das outras.

No primeiro momento nos amparamos em Corrêa (1994, p.6 e 7), que sugere que existe uma rede urbana quando, ao menos, são satisfeitas as seguintes condições:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos acima referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realize-se plenamente, atingindo os mercados consumidores.

O mesmo autor ressalta que essa articulação resultante da circulação vai originar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles, e ao tamanho demográfico; essa divergência se traduzirá em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e nas especializações funcionais.

Entretanto, adiantamos que essa hierarquia pode apresentar uma estrutura harmônica ou desarmônica, o que nos levou a nos amparar em Silva e Silva (2005, p.2), quando estes diferenciam um sistema urbano organizado de um desorganizado, conceituando da seguinte forma:

Um sistema relativamente bem equilibrado de cidades segundo o tamanho, como o inerente ao modelo das localidades centrais, resultará em um modelo tamanho-hierarquia sem grandes rupturas; já um sistema desequilibrado, também com relação ao tamanho, resultará em um modelo de primazia urbana, ou seja, com grandes rupturas na estrutura urbana.

Da mesma forma, porém utilizando outras denominações, Corrêa (2006, p.38 e 39) analisa as formas espaciais que a rede urbana pode assumir, e ressalta que estas podem ter formas complexas e simples, afirmando que, no primeiro caso, as possibilidades são múltiplas, porém as redes simples, por sua vez, têm na rede dendrítica a sua melhor expressão, pois esta é

[...] a forma espacial mais simples de rede urbana, especialmente nos países de passado colonial. Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. Esta cidade antecede geneticamente a ocupação da área à retaguarda e a criação de outros centros da rede, tornando-se a porta de entrada e saída de sua hinterlândia. Em sua forma mais simples, a rede dendrítica é orientada pela rede fluvial: os centros urbanos localizam-se junto ao rio principal, preferencialmente junto à foz de seus afluentes mais importantes.

Acerca dessa questão, ressaltamos que na hierarquia urbana de alguns espaços faltam níveis intermediários, sendo essa caracterizada por numerosos pequenos centros urbanos e apenas uma grande cidade, que concentra a oferta de bens e serviços que se associa ao acúmulo de outras atividades, sendo reconhecida como primaz, conduzindo a uma macrocefalia.

Nesse arranjo, Santos (2004, p. 309) argumenta que “é um grave erro limitar a definição do fenômeno a uma equação simples entre efetivos demográficos, como se primazia fosse, antes de tudo, um fenômeno demográfico”.

Ainda fundamentados em Santos (2003, p. 75), destacamos que essa expressão precisa ser utilizada em diferentes acepções, desde a simples constante estatístico-demográfica até se tornar a base de raciocínios mais vastos.

Esse pesquisador considera, além dos aspectos demográficos, o nível de renda e o nível de consumo, a concentração do equipamento e da atividade industrial e dos serviços, as transações imobiliárias e os fluxos de trocas também como determinantes para o fenômeno de macrocefalia (SANTOS, 1989, p. 157, 158 e 159).

Em outro momento, novamente Santos (1989, p. 29, 30 e 31), ao analisar a questão da polarização urbana em função de uma cidade, destaca quase sempre a capital, assinalando que, “[...] cada uma dessas cidades tem características próprias originais [...]. Tais características são representadas pela distância entre as cidades dentro de um estado ou de um país, no que diz respeito, por exemplo, à população, produção material e intelectual, nível de vida, renda, serviços e etc.”

Ainda mais, Santos (2004, p.308) destaca que “[...] as situações de macrocefalia têm seu ‘clímax’ com o que se chama de *primate cities*, [...]”.

Para Corrêa (2001, p.44), a cidade primaz, “[...] concentra a maior parte do comércio atacadista [...] a maior parte da renda [...] a elite regional [...] principal mercado de trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano”.

Sendo assim, essas variáveis nos conduzem a um entendimento de uma estrutura urbana, inclusive a de uma macrocefalia, que para Santos (1989, p.157, 158 e 159), é “[...] uma noção relativa que faz aparecer a importância demográfica e, sobretudo, a importância econômica de uma cidade em relação à de outras cidades [...]”.

Assim, podemos argumentar a existência de uma macrocefalia urbana em Roraima, criada a partir de uma primazia que Santos (2004, p.309) afirma que “[...] deve ser entendida à luz das realidades históricas que levaram a uma acumulação num só ponto do território, estando essa seletividade na origem de novas instalações e novas acumulações”.

Reafirmamos que a macrocefalia deriva também do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca, privilégio de algumas cidades que se beneficiam pela acumulação de novas implantações; no caso de Roraima, podemos nos apoiar novamente em Santos (2004, p.307, quando este elucida a questão ao dizer que “[...] o Estado também favorece a macrocefalia por meio da escolha dos investimentos prioritários que vão para as cidades”.

Enfatizamos, assim, que o conceito de cidade primaz se traduz como uma forte concentração em um só núcleo urbano, que possui forte influência sobre um território, se opondo, teoricamente, ao modelo mais abrangente de localidades centrais, proposto por Walter Christaller em 1933, onde se estrutura uma hierarquia urbana mais bem equilibrada quanto ao tamanho demográfico e funcional das aglomerações urbanas (SILVA; SILVA, 2005, p. 1).

Dessa forma, a teoria das localidades centrais apresenta um equilíbrio hierárquico entre os centros urbanos, sendo exemplificada com metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local, (CORRÊA, 2006, p.22). No que se refere à primazia urbana, ocorre um desequilíbrio, havendo a ausência de níveis que compõem a hierarquia, com uma cidade que é, pelo menos, duas vezes maior que a segunda.

Diante dessas considerações, salientamos que esse modelo, definido como simples ou desequilibrado, traduz a realidade urbana roraimense com grandes rupturas entre os níveis, quando o primeiro apresenta-se bastante superior aos demais, traduzido como um sistema com forte primazia urbana-dendrítica, pois como Corrêa (1991) aponta,

A forma espacial dendrítica da rede urbana tem [...] como correlato a primazia econômica, política e demográfica de uma cidade localizada excentricamente aos demais centros, controlando toda a circulação regional.

Realidade que pode ser aplicada à condição de Boa Vista, no cenário roraimense, pois, como afirma o IBGE (1987), quando existe a combinação de um esquema espacial caracterizado pela posição excêntrica do maior nível hierárquico, com a concentração da oferta de bens e serviços nesse mesmo centro, e a ausência de níveis intermediários importantes, este modelo recebe a denominação de rede dendrítica² de localidades centrais, constituindo-se em uma forma de organização espacial muito comum nos países subdesenvolvidos.

Por outro lado, de acordo com a pretensão, para pensar a primazia urbana de Boa Vista em Roraima, nos basearemos em Corrêa (2001, p.43), que ao analisar a rede dendrítica brasileira, afirma que sua origem é colonial. Seu ponto de partida é

[...] a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia [...] desde o início concentra as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia, transformando-se em um núcleo desmesuradamente grande em relação aos demais centros da hinterlândia. A primazia urbana, tal como analisada inclui macrocefalias urbanas com esse tipo de origem.

Nessa conjuntura, de acordo com o que foi descrito sobre esse tipo de rede urbana, poderíamos propor essa forma espacial como expressão da realidade roraimense. Entretanto, ao analisar o pensamento de Santos (2002, p. 268), verificamos que este autor destaca que

[...] em primeiro lugar, nem tudo é rede. Se olharmos a representação da superfície da terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos. Essas áreas são magmas, ou são zonas de baixa intensidade.

Da mesma forma, Kayser (1980, p. 301), quando analisa a existência de rede urbana nos países subdesenvolvidos, coloca que esse tipo de formação nesses espaços enfrenta sérios obstáculos, sendo que

Um deles vem da própria estrutura da economia: os fluxos se relacionam exclusivamente à coleta dos produtos brutos e à distribuição de alguns tipos de produtos acabados; a vida urbana dos centros subordinados repousa sobre um comércio elementar. É muito raro que seu desenvolvimento possa ser suficientemente completo para que eles possam assegurar, no seio de uma rede, as funções complexas que reclamam o fortalecimento dessa rede. Um outro obstáculo consiste na irrupção de meios de transportes maciços e rápidos no interior de um espaço ainda não organizado. Este fenômeno favorece a concentração extrema das atividades nas capitais. A capital ganha então um volume excessivo, não somente em detrimento do campo, mas também, às custas do que poderia ser centros secundários; tal é a força de atração das capitais e das metrópoles dos Estados subdesenvolvidos que a criação ou fortalecimento dos “satélites”, necessários ao estabelecimento de uma rede sólida, tornam-se impossíveis. As redes urbanas dos países subdesenvolvidos são, portanto, em geral, simples mas sem vigor; elas são a expressão de uma hierarquia muito elementar e de uma estrutura regional ainda muito vaga.

Assim indagamos se realmente existe uma rede urbana em Roraima ou, como coloca Santos (2002, p. 268), “Essas são magmas, ou são zonas de baixa intensidade.” Ou se existe, como também propõe Santos (2002-1, p. 268), constelações de pontos ou traçados de linhas, já que esse pesquisador ressalta que, onde as redes existem, elas não são uniformes.

² Grifo nosso.

Em primeiro lugar, baseados em Ribeiro (1997, p. 70), destacamos que

[...] o processo de inserção da Amazônia na rede nacional e mundial faz-se de modo desigual, em termos espaciais, acirrando a diferenciação urbana através da complexidade funcional das cidades, com uma maior divisão territorial do trabalho – criando e/ou readaptando velhas formas para novas funcionalidades ou marginalizando outras.

Para o citado pesquisador, as transformações que ocorreram na rede urbana da Amazônia, ainda esta em curso, destacando que essa rede não esta pronta.

Em contrapartida, para Corrêa (1987, p. 42), existe uma rede urbana na Amazônia, destacando-se as suas particularidades. Para esse pesquisador (2006, p. 189),

O fato de não se verificar uma hierarquia de centros que se aproxime daquela proposta por Christaller, de a maioria dos centros urbanos ser pequena, tradicionalmente indiferenciada e desigualmente distribuída, de as articulações entre eles serem fracas em termos de intensidade e de frequência, de haver uma acentuada primazia, contrariando assim o modelo da regra ordem-tamanho, indica apenas uma coisa: que a rede urbana da Amazônia reflete e reforça as características sociais e econômicas regionais, incorporando através dos padrões de localização dos centros urbanos, de suas funções e de sua dinâmica, os diferentes tempos espaciais que estão presentes nos diversos segmentos da rede urbana.

O referido pesquisador não aceita a existência de rede urbana definida a partir apenas de parâmetros que ele chama de “arbitrários”, mas que essa pode existir de diversas formas, destacando que essa deve ser analisada e compreendida considerando a inserção, a cada momento, da região, em um contexto externo a ela seja internacional, nacional, ou abrangendo a ambos (CORRÊA, 1987:42).

ESTÁGIO DA ESTRUTURA URBANA RORAIMENSE

Nessa via de reflexão, pensando Roraima, nos baseamos em Amorim Filho e Diniz (2006, p. 3), para destacar que

[...] se é que existe uma rede urbana no estado de Roraima, ela se encontra em um estágio semelhante ao de outras “redes urbanas” em formação, no momento atual, em outras partes da região amazônica, porém, bem diferentes daquelas em que se encontram as numerosas e variadas redes urbanas de outras regiões do país.

Esses mesmos pesquisadores (2006, p. 9) assinalam que as cidades de Roraima encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, definindo a rede urbana como embrionária, com Boa Vista se destacando, seguida pelos centros emergentes e por último pelos pequenos núcleos urbanos.

Consideramos esses pequenos núcleos urbanos classificados em Roraima, de acordo com Oliveira (2004, p. 2), como cidades pequenas da Amazônia, apontando como critérios o demográfico, a baixa articulação com as cidades do entorno, as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalhos ligados aos serviços públicos, a baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança e a predominância de atividades caracterizadas como rurais.

Para Silva e Silva (2005, p. 5 e 14), há questionamentos sobre a existência de uma rede urbana em Roraima devido à pequena população urbana em algumas sedes de municípios, elaborando os mesmos pesquisadores a proposta de primazia urbana extrema em Roraima, sendo

essa rede frágil e pouco densa, estando articulada à rede urbana de Manaus, firmando-se como um ponto nodal de controle político, institucional, econômico e social da região.

Para esses pesquisadores, “Boa Vista é a capital regional de Roraima, com sua área de influência coincidindo com toda a extensão do território estadual. Assim, nesta parte da Amazônia setentrional brasileira há uma total coincidência do conceito de cidade-região com os limites da unidade da federação” (SILVA; SILVA, 2005, p. 13).

Boa Vista é uma cidade que, para os padrões da região Norte, pode ser considerada uma cidade média; porém, o que a diferencia é que o fenômeno macrocéfalo vigente ocorre em um espaço onde se pulverizam apenas outras pequenas cidades, destacando que a grande questão é verificar como ocorre a articulação desses núcleos menores do estado com a capital, como destacou Scarlato (2006)³.

Mais uma vez, baseados na visão de Scarlato,⁴ ressaltamos que a superioridade de Boa Vista, no que se refere à sua estrutura urbana e à disponibilidade de equipamentos em seu espaço, lhe condiciona a uma situação que poderíamos denominar de “metrópole”, na realidade geográfica em que está inserida, quando comparada às demais cidades do estado e também às que estão próximas às fronteiras venezuelana e guianense, tais como Santa Elena do Uairén e Lethen. Essa condição é percebida através da geografia da percepção, no tocante às representações do imaginário, pois como as escalas se redefinem, Boa Vista assume uma grandeza diferente quando se percorrem os demais centros urbanos do estado e as proximidades da região fronteira internacional.

Para além das fronteiras internacionais, na região da Gran Savana Venezuelana e na região de Lethen, na Guiana, atividades comerciais e de serviços disponíveis apenas em Boa Vista reforçam essa condição, pois essa cidade pode ser considerada o principal centro urbano, disponibilizando serviços e bens que seguramente não se alcançam em um raio de em média 300km.

Para Barros (1995, p. 148), essa cidade possui, “[...] uma elevada importância como centro das funções administrativas para toda uma ampla hinterlândia que é a fronteira mais setentrional do Brasil, e que depende dela quase que exclusivamente”.

Para o IPEA (2001, p. 279), “No que se refere à centralidade, existe um encadeamento de graus: Manaus como núcleo regional, e Boa Vista, funcionando como *nó* da rede, subordinando o conjunto de municípios no interior do estado.”

Assim, nesse desenho, a estrutura urbana organizada por Boa Vista apresenta-se simples, com interações predominantemente locais, ocorrendo fluxos direcionados quase sempre para essa cidade, pois o sistema urbano de Roraima é integrado por uma rede rodoviária focada na capital.

Para Silva e Silva (2005), “A integração da rede urbana potencialmente comandada por Boa Vista se dá por um conjunto de redes institucionais, econômicas, sociais, culturais e técnicas, com destaque para a rede de transporte.”

Seguindo esse mesmo raciocínio, Amorim Filho e Diniz (2006, p. 8), destacam que,

tendo em vista a importância do transporte rodoviário em Roraima, um dos procedimentos mais efetivos para se identificar o espaço de relações e a área de influência de Boa Vista, além das cidades e aglomerações que fazem parte de sua rede urbana, é o estudo dos fluxos de ônibus que partem da capital de Roraima.

Os autores concluíram, a partir desse estudo, que as relações entre as cidades do interior de Roraima com Boa Vista assim se organiza: Caracarái, Iracema, Mucajaí, Rorainópolis e Bonfim, e num nível inferior, Pacaraima, Alto Alegre, Cantá, Normandia, São João da Baliza e São Luiz do

³Entrevista concedida ao Jornal Folha de Boa Vista, de 11 de agosto de 2006.

⁴ Em viagem de campo realizada entre os dias 9 e 12 de agosto de 2006 pelo estado de Roraima e na fronteira com a Venezuela, quando se observou a estrutura urbana roraimense.

Anauá, com a anotação de que as demais conexões não apresentam grandes significados (AMORIM FILHO; DINIZ, 2006).

Num nível interestadual, os mesmos pesquisadores destacam a conexão com Manaus, e no âmbito internacional, com Santa Elena do Uairén e mesmo com Caracas, na Venezuela, e começando a ter significado as conexões com Lethen e Georgetown, na Guiana.

FORMALIZANDO A PRIMAZIA URBANA EM RORAIMA

Constatamos, baseados em Abers e Lourenço (1991, p. 2), que o processo de crescimento urbano em Roraima é acentuadamente diferente da urbanização do restante da Amazônia brasileira.

Essa distinção origina-se de um conjunto específico de fatores econômicos e políticos únicos na história da região, pois o crescimento populacional não surgiu da mobilização de excedentes econômicos em Roraima. Ao invés disso, ele apareceu em um contexto de uma fronteira geopolítica, no qual o processo de ocupação humana foi direcionado por um estado absolutista consumando um processo de afirmação territorial (ABERS; LOURENÇO, 1991, p. 4).

Destacamos que o foco dos investimentos do governo era a cidade de Boa Vista, que se sustentava por subsídios públicos federais. Nela se desenvolveu uma burocracia administrativa e toda uma infraestrutura militar, além de serviços, comércio e algumas pequenas indústrias, como eventos patrocinados pelo governo.

Por outro lado, para Diniz (1997, p. 51), Roraima é testemunha de tendências do avanço do camponês às regiões mais isoladas da Amazônia, como também em direção aos centros urbanos em expansão, o que vem culminando com um grande crescimento demográfico com uma característica paradoxal, pois, apesar da natureza rural dos fatores de incentivo com a distribuição de terras para agricultura e da existência de minas de diamantes e de ouro, a maior parte do crescimento populacional acontece no contexto urbano, principalmente, na capital, Boa Vista.

Diante de tais afirmações, que resumem uma estrutura urbana que se formou na fronteira roraimense, nos amparamos em Santos (1989, p. 159) que, ao analisar aspectos referentes à macrocefalia urbana, ressaltou que esse fenômeno resulta da realização de um processo cumulativo, indagando sobre o porquê de esse fenômeno atingir a determinadas cidades e não a outras, mais ou menos próximas.

Reiteramos que a fronteira, como particularidade histórica e geográfica, interferiu, no caso de Roraima, pela fragilidade do seu conjunto urbano. Quando Boa Vista era a única cidade até meados do século XX, centralizando a população urbana e os equipamentos, correspondendo ao que Santos (1989, p. 159) coloca como determinante, ao analisar as redes hierarquizadas no período colonial, destacando que “[...] a administração centralizada e a concentração do comércio de exportação-importação fizeram da capital o único organismo urbano dotado de serviços [...]”.

Boa Vista concentra as funções administrativas e comerciais desde o século XIX, quando se tornou sede de município do estado do Amazonas. O volume dos equipamentos administrativos, comerciais, de serviços dependia do *status* que se exercia ou exerce como sede de município, capital de território ou de estado. Os três níveis, que essa cidade já obteve, concederam um determinado tipo de poder na área. Esse volume tinha origem no papel que esse lugar desempenhava próximo à linha de fronteira, representando pelas esferas do poder político, municipal, territorial e estadual.

Conforme GUERRA (1957, p. 132),

O afluxo da população rio-branquense para a cidade de Boa Vista parece perfeitamente explicado pela preocupação dos diversos governadores em fazer da capital um centro urbano dotado de certos recursos. Como consequência do abandono da zona rural, verifica-se o estabelecimento ou a criação deste foco de atração das populações vizinhas, gerando um crescimento desproporcional.

Além do mais, o completo isolamento dos pequenos povoados ou das sedes das fazendas tem proporcionado ao habitante da região o desejo, ou a aproximação do centro urbano do território – Boa Vista.

Há de se destacar igualmente, nesse conjunto de determinantes, o impulso dado a essa cidade pelas atividades religiosas da Igreja Católica, seja no que se refere à instalação da prelazia e depois da sede da diocese e de vários outros instrumentos religiosos de ajuda ao nativo.

Nesse contexto, o processo de acúmulo vai acontecendo, gerando características provenientes de diversos determinantes, ao longo do tempo, formando uma estrutura macrocéfala urbana que gera uma cidade primaz. Características que são defendidas por Santos (2004, p. 309) *apud* Wingo (1969, p. 121), afirmando que, a “primazia urbana deve ser entendida à luz das realidades históricas que levaram a uma acumulação num só ponto do território, estando essa seletividade na origem de novas instalações e novas acumulações.”

Em cima dessa questão, uma das formas de entender Boa Vista é através de sua posição na fronteira. A sua localização próxima a essa linha limite, e em especial a sua unicidade, por um longo tempo, numa ampla hinterlândia, lhe condicionou influências que ultrapassam essa divisão geopolítica nacional, conferindo à cidade peculiaridades na área, patrocinadas pelo estado. Isto nos leva a comungar com Santos (2004, p. 307), quando ele destaca que o “Estado também favorece a macrocefalia por meio da escolha dos investimentos prioritários que vão para as cidades.”

No caso do território do atual estado de Roraima, com seus 225.000 Km², a concentração da maior parte da população, dos equipamentos e serviços, das funções administrativas em um só ponto é parte da realidade histórica que foi se estruturando e se processando na área do rio Branco.

A importância de Boa Vista deriva antes de tudo do fato de ter sido o único núcleo urbano naquele espaço por muito tempo e desempenhado as funções de entreposto comercial e financeiro.

Era um só conjunto, uma materialidade urbana única, o ponto mais citado como elemento de integração daquele espaço ao território nacional brasileiro. Era a integração, no âmbito de cidade e do marco de proposta de integração regional ao nacional, estimulada enquanto lugar de serviços, comércio, administração e militar na fronteira.

Essa lógica também é defendida por Rodrigues (1996, p. 35), que afirma que uma “explicação para esse fenômeno urbano de Boa Vista deve-se ao fato, primeiro, de Boa Vista ter sido o único povoado de população não-índia do alto rio Branco, ao norte do Estado até o início deste século”.

Destacamos que Boa Vista permaneceu única e isolada até quando, no último ano do século XIX e no primeiro do século XX, surgiram Bonfim e Caracarái, mas como cidade, assim permaneceu única até 1955, quando ocorreu a emancipação política de Caracarái.

Essa situação gerou a unicidade destacada por Rodrigues (1996), cuja inexistência de um outro núcleo urbano até o final do século XIX motivou o aporte da população, a instalação de aparelhagem por parte do estado, dos equipamentos ligados no princípio ao pequeno comércio e às missões religiosas que ali se instalaram.

A atividade pecuária se consumava como única atividade econômica, fazendo com que os primeiros anos de vida urbana da cidade fossem marcados por essa atividade. A localização de Boa Vista na área do cerrado propiciou o desenvolvimento dessa atividade, que não poderia se desenvolver em áreas de floresta.

Essa condição gerou o que também defende Rodrigues (1996, p. 35) como o segundo fato que contribuiu para transformar Boa Vista no maior centro urbano do estado, que foi “[...] a sua localização, no centro das zonas de campos, atribuindo-lhe importância econômica”.

As áreas de “cerrado” facilitavam o desenvolvimento de atividades primárias, tais como a pecuária e a produção agrária de subsistência, além do deslocamento dos primeiros moradores não índios daquela área.

De acordo com Barros (1995, p. 149), a cidade tem na sua localização um de seus maiores potenciais, tanto no aspecto geopolítico estratégico, como, sobretudo, no econômico, se constituindo numa capital que, com essa localização, isolada com relação não somente a outras unidades da federação, mas também no contexto regional, se privilegia enquanto meio de acumulação e circulação de mercadorias e capital na área, alçando-se à condição de “cidade primaz”, se comparada às demais cidades do estado.

É necessário ressaltar que Boa Vista foi uma cidade que se pôs fora do processo de crescimento impulsionado no período colonial brasileiro. Esse processo se deu nela quase somente no decorrer do século XX, sendo que a sua diferença, que se define como macrocéfala, percebeu-se desde o princípio como um lugar que se destacou no espaço pelo seu pioneirismo e unicidade, como foi destacado, se firmando a partir da década de 1940.

Nesse enfoque, Barros (1995, p. 29), destaca que é do período após a criação do território federal que

[...] advém a primazia da cidade de Boa Vista, em toda a área de Roraima, com respeito aos demais núcleos de população, e é também sua importância geopolítica que ajuda a explicar como a cidade se mantém e cresce, apesar da fragilidade da economia estadual.

A escolha desse pequeno aglomerado para sediar a capital do território, criado em 1943, é um marco na história local que condiciona e dá continuidade ao processo acumulativo que naturalmente já ocorria, proporcionando na década de 1950 uma concentração de 30% da população do território.

Dessa forma, Rodrigues (1996, p. 36) destaca que foi a absorção de funções administrativas e militares, principalmente a partir de 1943, quando foi criado o território do Rio Branco, que impulsionou essa concentração.

Ainda baseados em Barros (1995, p. 29), constatamos que Boa Vista, a partir de meados do século XX, depois da criação do território federal em 1943, “foi deixando pouco a pouco de ser um mero povoado provinciano dependente do Estado do Amazonas, e passou como que a atuar como uma “*foreworld city*”.”

O mesmo pesquisador aponta que a cidade, pela sua posição estratégica no vale do rio Branco e na mais avançada fronteira norte do Brasil, passou a se ligar diretamente com o poder central localizado na época no Rio de Janeiro e notabilizou-se como uma amostra do poder central nessa área.

Para entender a importância que teve a criação do território federal do Rio Branco, nos apoiamos em Ferreira *et alii* (1977, p. 81 e 82,) que comenta:

Cidades que ainda não existiam ou que se iam perdendo na mediocridade das demais, logo puderam erguer-se ao serem escolhidas como capitais de estado e territórios federais. É o caso bastante recente de Manaus e Cuiabá (1835); e recentíssimo de Rio Branco (1920), de Porto Velho e Boa Vista (1943); e de Macapá (1944).

O referido pesquisador analisa o impulso dado aos centros urbanos pelas atividades políticas administrativas e militares, “[...] configurando-se como elemento estrutural de estabilidade, tornando-se uma base certa para a obtenção de privilégios e de recursos representativos e regulares, atraindo ao redor de si as maiores e melhores forças da região”.

Nesse caminhar, destacamos que, basicamente até meados da década de 1980, o crescimento demográfico de Roraima se deu através, sobretudo, de projetos de colonização em que

os colonos eram assentados em lotes de terras gratuitos, sendo uma iniciativa dos governos federal e estadual. Esse processo tem uma relação direta com a abertura e pavimentação das rodovias que facilitaram o deslocamento desses colonos para Roraima, através do plano de integração e desenvolvimento nacional implantado em 1970, com o programa agropecuário e agromineral da Amazônia, que proporcionou uma colonização ao longo das rodovias.

Essa política tinha como iniciativa criar áreas de assentamentos em Roraima, incentivando o deslocamento de colonos para esses espaços, prometendo disponibilizar condições financeiras e material de consumo básico para que estes pudessem desenvolver a atividade agropecuária. Mas, nesse processo, os assentados se deslocavam para os centros urbanos, principalmente para Boa Vista.

Esse fenômeno ocorreu primordialmente em virtude da inexistência de infraestrutura adequada de transporte, habitação, comunicação, saúde, educação e assistência social. O homem no campo, assentado em espaços longínquos e desestimulado para se dedicar à agropecuária, cedeu à poderosa atração exercida pela cidade e foi formar ou aumentar o número de pobres que se assentam na periferia de Boa Vista, sendo caracterizado como uma mobilização constante da população em busca de novos meios de sobrevivência.

Dessa forma, foi grande a expansão urbana de Boa Vista a partir da década de 1980, novas áreas foram progressivamente incorporadas mediante a proliferação de novos loteamentos, produzidos de forma descontrolada e sem uma previsão, respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que se deslocaram para Boa Vista.

Assim, Rodrigues (1996, p. 36) enfatiza que esta tendência de acúmulo em Boa Vista também se explica em parte pelo insucesso das políticas de colonização e incentivo à migração para as áreas rurais. Iniciativa que se converteu em um processo contrário, isto é, se convertendo em um êxodo rural para a cidade.

Merece destaque também, nesse processo, a intensificação da presença militar na região, com a introdução do Projeto Calha Norte em 1985, pois acarretou o deslocamento de militares que foram se instalando prioritariamente em Boa Vista, criando uma infraestrutura ou serviços ligados a saúde, educação, não somente nessa capital, mas também no interior.

Porém, atividade destacada foi a corrida do ouro igualmente nesse período, como um determinante de alterações importantes, ainda que fugindo ao perfil dominante da iniciativa do Estado.

Esse processo de extração de ouro e diamantes em Roraima ocasionou um fluxo migratório espontâneo e incontrolável, pois, enquanto chegavam 2.400 migrantes por ano, com a política de colonização, cerca de 40.000 migrantes se envolveram com a atividade garimpeira diretamente e indiretamente. Assim, a “corrida do ouro”, na década de 1980, é um dos mais importantes determinantes que incentivaram esse acúmulo em Boa Vista.

A transformação do território em estado em 1988 acarretou alterações muito importantes, ao se instalar toda a máquina administrativa nessa cidade, transferindo para esse lugar o poder político e uma infraestrutura necessária de escola técnica, universidade federal, secretarias de estado, entre outras iniciativas.

Então, passamos a considerar uma série de fenômenos que determinaram esse processo de acúmulo na capital, concernentes a questões de políticas de incentivo que, em muitos casos, não se destinavam a esse fim e que contrariamente se tornaram determinantes. Não há, no momento de afirmação desse processo, uma iniciativa econômica que torne esse lugar primaz, mas uma série de iniciativas políticas e uma série de acontecimentos inesperados, tal como o êxodo rural e garimpeiro.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; LOURENÇO, Alberto. Gold, Geo-Politics and Hyper-urbanization in the Brazilian Amazon: The Case of Boa Vista, Roraima. In: FADDA, Giulietta (Ed.). **La Urbe**

Latinoamericana ante el Nuevo Milenio. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1991.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. **A Embrionária rede urbana de Roraima.** Belo Horizonte: 2006.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional.** Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BECKER, Berta K.. **Amazônia geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Trajetórias Geográficas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A Rede Urbana.** 2 ed.. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **A Organização Urbana. 3. Região Norte.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p.39-68, jan./mar. 1987.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos Migratórios e formação da rede urbana de Roraima.** 2006.

DINIZ, Alexandre M. A. Occupation and Urbanization of Roraima State, Brazil. In: ROBINSON, David J.; DOENGES, Catherine E. (Ed). **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers,** 1997, vol. 23, p. 51-62.

FERREIRA, José Freire da Silva et ali. **Rede Urbana Amazônica.** Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. Belém: UFPA, NAEA, 1977.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das Cidades.** Revisão atualizada do estado da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: 1987.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** configurações atuais e tendências da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001. V.1; 396p.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: **A Geografia Ativa.** 5. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1980.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A Cultura nas (das) Pequenas Cidades da Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. 2004, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004 (Internet).

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. Transformações na Rede Urbana: o exemplo da Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 17, n° 1, p. 63-72, jan./jun. 1997.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a Sociedade Roraimense**: uma análise da conjuntura sociopolítica. 1996. Dissertação (mestrado) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, UFPA, Belém, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos, 6).

_____. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos, 3).

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, 1)

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. A rede urbana de Roraima: primazia e integração. In: SIMPURB – SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9. **Anais...** Manaus, 2005.

SCARLATO, Francisco Capuano. Projeto Inicial de Boa Vista ainda pode ser ampliado, diz professor. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 11 de agosto de 2006. (Entrevista concedida pelo Prof. Francisco Capuano Scarlato).